

A “questão brasileira” nas cortes. Para além do debate parlamentar

Fernanda Paula Sousa Maia

Isilda Braga da Costa Monteiro
Investigadoras do CEPESE

As investigações acerca do debate parlamentar oitocentista sobre o Brasil de que hoje dispomos permitem-nos afirmar, com toda a segurança, que nunca como nas primeiras Cortes vintistas as questões relativas ao Brasil se apresentaram tão centrais no contexto de todo o debate parlamentar. Nem mesmo após a consumação da sua independência e posterior reconhecimento diplomático (1825), os assuntos brasileiros haveriam de ganhar tal peso no quadro parlamentar português. Na verdade, hoje sabe-se que, a partir da secessão da antiga colónia, foi com alguma dificuldade que os parlamentares portugueses abordaram o relacionamento recíproco, resguardando-se num discurso 'politicamente correcto' que, muitas vezes, escondia os autênticos sentimentos e opiniões sobre o tema, mas que era, também, o mais adequado a uma relação agora estabelecida no âmbito internacional¹.

Pelo contrário, entre 1821 e 1822, durante a vigência das primeiras Cortes vintistas, foi intenso o envolvimento dos deputados em torno da chamada 'questão brasileira'. Como demonstrou Zília Osório de Castro, este foi um dos temas mais debatidos e acaloradamente discutidos pelos parlamentares de então², conscientes das consequências da recente (r)evolução no processo de relacionamento entre Portugal e o Brasil que, desde 1815, tinha sido elevado à categoria de reino. Seria, de facto, a existência de um *Reino Unido de Portugal e Brasil* que acabaria por gerar inevitáveis tensões entre, por exemplo, a afirmação teórica da centralidade e exclusividade da soberania, tão ao gosto liberal, e a compatibilização das legítimas aspirações dos dois reinos a representarem a sede de poder.

Na verdade, a questão da localização da sede da monarquia teve, nas Cortes, um profundo significado político. Interpretada à luz da designação, indefinida quanto ao conteúdo teórico, de *Reino Unido de Portugal e Brasil*, a localização da sede da monarquia remetia para uma inevitável supremacia de um destes territórios sobre o outro: se localizada em Lisboa transformava inevitavelmente o Brasil em colónia, especialmente depois de uma experiência de mais de uma década de permanência da Corte e do Rei no Brasil; se localizada no Rio de Janeiro, fazia perdurar o sentimento colonial existente em Portugal, desde que, em 1807, o Rei e a Corte haviam partido para o Brasil. Aliás, este mesmo sentimento tinha estado na base da própria revolução de 24 de Agosto de 1820, pelo que, para os deputados portugueses representados nas Cortes, o reconhecimento do recente estatuto de *Reino do Brasil* não pressupunha quaisquer outras vantagens, tal como os representantes do Brasil reivindicavam, como seja, por exemplo, sediar no Rio de Janeiro o Reino Unido.

¹ Veja-se, a este propósito, MAIA, Fernanda Paula Sousa – *O discurso parlamentar português e as relações Portugal-Brasil: a Câmara dos Deputados (1826-1852)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

² *Portugal e Brasil: debates parlamentares: 1821-1836*. Santa Maria da Feira: Assembleia da República, D.L. 2002. p.IX.

Nascida num contexto de pensamento das instituições e do poder características de Antigo Regime, a noção de Reino Unido, tal como ela tinha sido estabelecida por D. João VI, já não fazia sentido no quadro de pensamento liberal. Assim se explicam as tensões inevitáveis em torno de noções inconciliáveis. Na verdade, quando antes se falava em reino, agora os teóricos falavam em nação; quando antes se reflectia em torno da soberania régia, agora pensava-se em soberania nacional, pelo que o entendimento estava, a prazo, comprometido, como, aliás, rapidamente se viria a verificar. Por outro lado, estavam ainda bem vivos, entre nós, os temores de Portugal se transformar em colónia de uma colónia ou, ainda, de esta se tornar independente, como os acontecimentos mais recentes no Brasil vinham indiciando.

Não admira que, a prazo, estes diferentes modos de pensar as questões viessem a demonstrar não existir qualquer denominador comum nos discursos, especialmente entre os representantes eleitos portugueses e os representantes eleitos brasileiros. O golpe final seria dado pelo teor das cartas enviadas por D. Pedro a D. João VI e da própria representação da Junta de São Paulo. A partir daqui, de novo se reacendia o fantasma da independência do Brasil, ajudando a extremar as posições, assumidas com calor na assembleia parlamentar por deputados como Fernandes Tomás ou Borges Carneiro, mas também, com igual intensidade, do outro lado do Atlântico. O virar definitivo das costas entre Brasil e Portugal era agora inevitável e o processo de independência estava em curso.

A consulta dos fundos existentes no Arquivo Histórico-Parlamentar com vista à elaboração das nossas dissertações de doutoramento que tiveram como pano de fundo o estudo do discurso parlamentar oitocentista, permitiu-nos aperceber, desde logo, a riqueza dos fundos documentais relativos ao Brasil, com particular relevância no período vintista. Embora, na altura, não fosse esse o objecto dos nossos interesses, muito mais voltados para o período pós-independência do Brasil, não deixámos de registar e identificar os documentos que, chegados por várias vias às comissões de petições e do Ultramar, entre muitas outras, tinham aquele território por objecto³. Chegou agora o momento de deles darmos notícia.

Na verdade, a recente publicação dos debates parlamentares sobre a questão brasileira durante o período vintista, a que já fizemos referência, fez-nos retomar um projecto antigo. Sabendo-se, hoje, o quanto o tema apaixonou deputados e animou debates parlamentares, impunha-se, agora, saber de que forma a expectativa associada à novidade da instituição parlamentar convocou o cidadão comum a apresentar reflexões, opiniões e contributos sob a forma de *memórias*, *representações*, *reclamações* ou de simples *queixas* enviadas às Cortes

³ Nesta pesquisa, não queremos deixar de registar o apoio profissional inextinguível da Dr^a Leonor Calvão Borges, Directora do Arquivo Histórico-Parlamentar, a quem agradecemos penhoradamente.

e que, depois de remetidas à respectiva comissão que as analisaria num segundo momento, jazem, muitas delas, ainda hoje, no silêncio dos depósitos do Arquivo Histórico-Parlamentar, à espera de quem delas dê notícia. Ou seja, sem que o esperássemos, os assuntos relativos ao Brasil, não apenas revelam uma centralidade na arena parlamentar, como também nos bastidores assumem uma importância não despreciable.

A primeira experiência parlamentar ocorrida em Portugal durante a vigência das Cortes Constituintes – reunidas entre 24 de Janeiro de 1821 e 4 de Novembro de 1822 – na esteira do processo revolucionário de Agosto de 1820, seguidas pela reunião das Cortes Ordinárias – entre 15 de Novembro de 1822 e 2 de Junho de 1823 –, constituindo um momento crucial da vida política contemporânea, testemunha também as ambiguidades provocadas pelas grandes rupturas revolucionárias, momento em que o passado se encontra ainda muito presente num futuro que se projecta de mudança, muitas vezes ainda, difícil de concretizar. Assim se compreende o sentimento de esperança, e de quase fé, que esteve associado a esta primeira reunião de Cortes, alfofre de expectativas para os mais diversos estratos da sociedade, marcados pelo dramatismo da recente vida política nacional, palco de duas invasões estrangeiras, bem como pela crise do sistema económico e social, bem evidente na década precedente.

Ora, é neste contexto de crise nacional, não apenas a nível político, como sobretudo a nível económico e social, que a actuação das Cortes deve ser compreendida, sentindo, por um lado, a pressão da urgência na resolução de muitos problemas por resolver há mais de uma década, e, por outro, o peso de uma nova experiência e de uma prática que, por falta de amadurecimento a nível nacional, podia comprometer a eficácia da sua actuação política.

Sabe-se hoje que a onda de expectativas suscitada, em Portugal, em torno do neófito projecto político parlamentar promoveu, não apenas apaixonados debates na assembleia, presenciados por um público e por uma imprensa atentos, como sobretudo motivou um importante contributo dos cidadãos, como o alcance do movimento peticionário permite entrever. Foi A. Silbert⁴ o primeiro a chamar a atenção, entre nós, para a riqueza dessa documentação, particularmente intensa neste período e que progressivamente perde relevância no posterior quadro parlamentar português. Na verdade, o movimento peticionário inscreve-se numa tradição antiga que fazia endereçar ao poder central, muitas vezes dirigindo-as ao próprio rei, queixas e suplicações de vários teor e sobre múltiplos aspectos do quotidiano⁵. O aspecto inovador que tem suscitado

⁴ *Le problème agraire portugais au temps des premières cortes liberales*. Paris: P.U.F., 1968.

⁵ PEREIRA, Miriam Halpern – Introdução Geral. In VIEIRA, Benedicta Maria Duque – *O Problema Político Português no Tempo das Primeiras Cortes Liberais*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1992. p. 4.

atenção a vários estudiosos, tem a ver com a intensidade da afluência deste tipo de petições dirigidas às Cortes Constituintes que, desta forma, parecem encarnar o espírito esperançoso e de quase fé nas novas instituições.

Por isso, quando, em Março de 1821, as *Bases da Constituição* foram aprovadas, incorporando a tradição, consagrava-se já então o direito de petição, o que esteve na base do rápido surgimento de uma Comissão parlamentar de Petições, aprovado em 14 de Março, para onde se pudessem encaminhar estes documentos para, num segundo momento, serem endereçados à Comissão específica, o que atesta bem a intensidade e a importância do movimento peticionário no período vintista.

Por outro lado, não podemos esquecer também que, face à profunda crise vivida no seio da maior parte das instituições, paralisadas e, muitas delas, em dissolução, o apelo às Cortes parece revelar também a urgência sentida pelas populações na resposta a questões práticas do seu quotidiano geradoras de múltiplos conflitos e tensões e cujo conhecimento antecipado pelo legislador podia prevenir e resolver em legislação futura⁶. Recuperam-se, assim, problemas antigos, tensões e conflitos de há muitos anos, agora expostos sob a forma de petições, reclamações ou 'Memórias' enviadas às Cortes como reconhecimento de uma nova instância de poder e de configuração com os novos tempos, permitindo entrever já o nascimento de uma consciência de cidadania, própria dos novos tempos.

Como se esperava, trata-se de uma documentação muito diversificada e heterogénea, quer quanto à sua origem, quer quanto à tipologia e temas abordados. Por outro lado, e como era prática normal entre os parlamentares, muitos dos papéis enviados às comissões eram posteriormente levados para suas casas pelos deputados responsáveis pela sua análise. Sem condições de trabalho que permitissem aos representantes eleitos trabalharem no edifício onde funcionavam as Cortes, a escassez de gabinetes, a falta de aquecimento, a ausência de janelas que permitissem a ventilação dos aposentos, ou o calor excessivo foram razões que parecem justificar que muitas das reuniões de comissões se devam ter realizado habitualmente em casa de um dos membros. Assim se percebe melhor a razão porque muitos dos testemunhos e as próprias actas destas reuniões tenham desaparecido.

Assim, a juntar à heterogeneidade da documentação compulsada, sabemos hoje, também, que os documentos identificados, a partir do tema aglutinador do Brasil, não esgotam a totalidade do universo peticionário enviado para as Cortes, entre 1821 e 1823. Talvez, por isso, em vez de

⁶ PEREIRA – Introdução Geral... p. 5.

nos respaldarmos em números, seguindo, por exemplo, a opção de contabilização proposta por Albert Silbert, optemos pela análise qualitativa dos documentos, certos de que, desse modo, obviaremos interpretações que nos parecem menos ajustadas e que poderiam deformar os resultados.

Inscrevendo-se na antiga tradição monárquica, a atitude presente nos documentos compulsados, quer os escritos a título individual, quer os colectivos, não configura uma posição contestatária face ao poder central, mas antes, confirmando outras investigações paralelas⁷, percebe-se no seu conteúdo uma posição humilde de quem pede auxílio e, sobretudo, espera das novas instituições uma melhoria efectiva na administração e gestão da 'coisa' pública, reparando abusos antigos, agilizando expedientes ou propondo amplas reformas suportadas em cuidadosos instrumentos de administração. O que parece, pois, estar em causa não é o novo regime, mas antes uma crítica, explícita ou velada, em relação ao 'Antigo Regime'. Do novo regime instituído parece esperar-se, apenas, a acção regeneradora e reformista para o futuro, como o prova a fórmula, por vezes, utilizada para se dirigirem às Cortes, designando-as por "Congresso Regenerador da Nação Portuguesa"⁸.

O tipo de documentos compulsados remete-nos, por isso, para um género de autor, à sua época, verdadeiramente excepcional. Na verdade, trata-se, quase sempre, de alguém que escreve na primeira pessoa às Cortes, que produz reflexões, mais ou menos profundas, sobre várias questões, ou então é porta-voz dos que não têm acesso à escrita e, assume em seu nome o pedido, ou, simplesmente, recorrendo à força do número dos signatários do documento, os utiliza para dar força ao documento que produz. Trata-se, assim, de alguém que mais do que alfabetizado, está, na maior parte dos casos, associado aos meandros do *modus faciendi* da administração pública e reconhece o alcance e o poder das Cortes, no quadro das novas instituições. O âmbito e a profundidade de algumas das propostas envolvem um conhecimento muito amplo das questões em causa, delas partindo reformas tão importantes que as Cortes teriam necessariamente de as analisar de forma prudente.

Como se percebe, entre 1821 e 1823, do conjunto de representações e memórias enviadas às Cortes sobre questões que envolviam o Brasil, não emerge o sentir da maioria da população que aí vivia e que aí trabalhava, mas sobretudo a voz das camadas mais privilegiadas, com fácil acesso à escrita e aos canais de comunicação, geralmente detentoras de cargos públicos, como os governadores, ou colocadas em lugares eminentes da administração, civil ou militar.

⁷ Veja-se, por exemplo, PINHEIRO, Magda – *Os Portugueses e as Finanças no dealbar do Liberalismo: estudo e documentos*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa, 1992. p. 14.

⁸ Veja-se, a título de exemplo, Arquivo Histórico-Parlamentar (A.H.P.) – Caixa 56, série I e II, doc. 25 (sem data).

Por questões de facilidade de análise, pusemos deliberadamente de parte todos os documentos existentes nos papéis das comissões relativos ao processo eleitoral que esteve na base da eleição dos representantes do Brasil às Cortes Constituintes. Trata-se, na sua grande maioria, das actas das várias mesas eleitorais que descrevem, muitas vezes com grande pormenor, todo o processo que conduziu à eleição dos deputados provenientes do território sul-americano. Relativos, ainda, ao processo eleitoral, podem também ser consultados inúmeros pedidos de escusa do exercício do cargo de deputado de muitos dos representantes brasileiros nas Cortes, alegando os respectivos motivos, associado ao processo de eleição do substituto. Constituindo, pela sua temática, um *corpus* bastante numeroso e relativamente homogêneo, apresenta-se também de importância fundamental para a historiografia relativa ao processo político que conduziu à independência do Brasil.

Para além deste tipo de documentação, na presente análise não utilizámos também deliberadamente os documentos de teor particular e âmbito privado, como por exemplo os que se referem a questões relativas a heranças e gestão de bens de órfãos, pedidos de concessão de benesses a particulares, aumentos de ordenados e soldos ou, ainda, relativos a vários melhoramentos públicos⁹, queixas a propósito da espoliação de bens patrimoniais, bem como as muitas profissões de fé e adesões ao sistema constitucional. O seu carácter heterogêneo não permite uma abordagem sistemática e assume-se claramente de natureza particular.

Com características completamente diferentes, assumem-se outros núcleos, ainda não completamente explorados pelos investigadores, portugueses ou brasileiros, mas que muita luz podem ainda trazer sobre aspectos relativamente pouco conhecidos da historiografia deste período. Estamos, por exemplo, a lembrar-nos dos inúmeros documentos depositados no Arquivo Histórico-Parlamentar e remetidos à Comissão da Marinha respeitantes aos ofícios enviados sobre os registos dos mais importantes portos do território brasileiro. Neles, é possível encontrar importantes informações relativas, não apenas às designadas, nos documentos, por “*novidades*” da região em que os portos se integravam, como também, alguns deles, incorporam outro tipo de registos que, sendo embora mais raros, dizem respeito, por exemplo, à importação de escravos¹⁰.

⁹ Estamos, por exemplo, a lembrar-nos do Parecer da Comissão do Ultramar (16 Dez.1822) sobre a representação, datada de 24 de Abril de 1822, da Junta Provisional de Pernambuco a pedir o estabelecimento de um farol no Recife (cf. A.H.P. – Caixa 55, série I e II, doc. 51); ou ainda da representação dos habitantes da cidade de São Luís do Maranhão sobre a construção de um teatro naquela cidade (cf. A.H.P. – Caixa 55, série I e II, doc. 76).

¹⁰ Veja-se, por exemplo, a informação disponível em A.H.P. – Caixa 62, série I e II, doc. 15 (19 Fev. 1823).

A riqueza destes documentos parece-nos evidente. Num período em que a dificuldade de circulação de notícias era real, as embarcações constituíam um canal privilegiado de comunicação, especialmente num momento de tantas e tão rápidas transformações políticas dos dois lados do Atlântico. A leitura destas ‘novidades’ permite, assim, ajudar a reconstituir a visão proveniente de um dos mais importantes canais de informação de então e que muito deve ter contribuído para a elaboração da representação predominante entre os deputados, portugueses e brasileiros.

Menos conhecida e ainda pouco explorada pelos investigadores, mas que muito pode ajudar a conhecer e a identificar o fluxo emigratório português para o Brasil no período analisado (1821-1823), ou seja, num período charneira entre o Brasil colónia e o Brasil independente, muito antes, por isso, da obrigatoriedade de utilização de passaportes, encontramos, algumas vezes anexas a alguns destes ‘Registos de Porto’, listagens de passageiros transportados para diversos portos do território brasileiro, por diversas embarcações de bandeira portuguesa¹¹, como se identifica na tabela-resumo que se segue:

TABELA 1 – Identificação dos documentos que incorporam listas de passageiros com destino ao Brasil (Arquivo Histórico-Parlamentar)

Nº Doc.	Data	Porto de origem	Embarcação
Cx. 62, n.º 65	12 Ago.1822	Pernambuco	Galera Sacramento
Cx. 62, n.º 66	15 Ago.1822	Rio de Janeiro	Bergantim Sertório
Cx. 62, n.º 69	21 Ago.1822	Rio Janeiro	Galera Trajano
Cx. 62, n.º 69	21 Ago.1822	Pará	Bergantim Pensamento Feliz
Cx. 62, n.º 70	25 Ago.1822	Rio de Janeiro	Correio Marítimo D. Sebastião
Cx. 62, n.º 72	27 Ago.1822	Rio de Janeiro	Galera Grão Cruz d'Avis
Cx. 62, n.º 82	25 Set.1822	Pernambuco	Galera S.João Baptista
Cx. 62, n.º 84	28 Set.1822	Alagoas	Bergantim Piedade
Cx. 62, n.º 110	6 Fev.1822	Rio de Janeiro	Navio Maria Primeira
Cx. 62, n.º 147	23 Mar.1822	Pará	Galera S. José Diligente
Cx. 62, n.º 330	29 Dez.1822	Rio de Janeiro	Bergantim S. Boaventura
Cx. 62, n.º 331	2 Jun.1822	Rio de Janeiro	Galera Conde dos Arcos
Cx. 62, n.º 341	9 Jun.1822	Rio de Janeiro	Galera Aurora
Cx. 62, n.º 345	12 Jun.1822	Rio de Janeiro	Chuma Princesa Real
Cx. 62, n.º 347	15 Jun.1822	Rio de Janeiro	Galera Princesa do Brasil
Cx. 62, n.º 348	16 Jun.1822	Baía	Bergantim Silveira
Cx. 62, n.º 359	2 Jun.1822	Pernambuco	Galera Gratidão

¹¹ Refira-se, desde já, que muitas destas listas se devem ter perdido, uma vez que não se encontram anexas aos ofícios enviados.

Aparentemente sem importância, estes róis de passageiros afiguram-se preciosos, num momento em que, em Portugal e no Brasil, a historiografia sobre a emigração parece ganhar um novo fôlego. Num período pré-estatístico e em que a 'passagem' para o outro lado do Atlântico não exigia registo documental, para além daquele inerente aos procedimentos normais de transporte, estas listas afiguram-se de inigualável importância, ajudando a preencher lacunas nas bases de dados que, dos dois lados do oceano, vão sendo organizadas.

A riqueza informativa deste *corpus* documental abrange também outro tipo de documentos remetidos, então, à Comissão do Ultramar, e que respeitam à descrição, mais ou menos pormenorizada, das várias províncias do Brasil. Estas exposições visavam, na maior parte das vezes, identificar e corrigir aquilo que os seus autores designavam por 'abusos' e 'dificuldades e má gestão' detectados no exercício de cargos públicos no âmbito da organização administrativa, central e local, bem como no exercício da justiça. Desse modo, se pode ter hoje uma visão de aspectos da vida quotidiana em províncias tão distintas como Pará, Goiás, Mato Grosso, Piauí, São Paulo, Maranhão, Baía ou Rio de Janeiro que muito podem ajudar a complementar as visões que já dispomos sobre este período tão conturbado da história do Brasil. Questões como a administração da justiça, as finanças, a segurança pública e o policiamento, a importação de escravos, propostas de melhoramentos da agricultura, modos de fixar os índios à terra, promoção do desenvolvimento económico (v.g. a exploração mineira) e alterações da ordem pública provocadas pelas muitas das revoltas suscitadas pela efervescência ideológica do momento são aspectos tratados em muitos destes documentos, diversos quanto à origem e apresentação da informação, mas que muito podem ajudar a compreender a tensão vivida neste período.

Não menos importantes nos parecem ser os documentos de natureza militar enviados às Cortes e encaminhados para as diversas comissões, com predominância para a do Ultramar. Por eles podemos compreender melhor as importantes movimentações das unidades do exército no terreno (as tropas) que, neste período, especialmente conturbado, foram vitais para a manutenção da defesa na linha de fronteira e da ordem pública nas comunidades mais importantes. Numa época de grande complexidade em termos de organização militar, parecem-nos ser especialmente relevantes os documentos que remetem para a convivência entre as tropas portuguesas estacionadas em algumas praças brasileiras e os habitantes dessas regiões, sugestivamente designados já nos documentos como 'brasileiros'. Evitava-se, desse modo, a todo o custo que esta questão fomentasse ainda mais "o ódio entre os dois povos",

agravando uma situação já de si bastante tensa¹². Por outro lado, apercebemo-nos também melhor do processo de criação de batalhões de 'homens pardos', através de propostas que sugeriam, por exemplo, que eles fossem equiparados aos restantes corpos do exército¹³, ao mesmo tempo que outros ofícios, relatando casos de exaustão entre os corpos do exército, como por exemplo acontecia na província do Pará¹⁴, nos ajudam a esclarecer sobre o estado moral e físico das tropas portuguesas estacionadas no Brasil. Subjacentes a estes ofícios estavam, não raras vezes, pedidos de melhoria nos soldos e nos vencimentos auferidos por soldados e oficiais pertencentes à força militar portuguesa estacionada no Brasil.

A finalizar este trabalho, damos conta de um tipo de documento que, sendo embora menos comum no *corpus* analisado, se caracteriza por uma riqueza particular dos seus informes. Trata-se das *Memórias* enviadas às Cortes, documentos que, na maior parte das vezes, envolvem propostas originais, fruto de uma reflexão aturada dos seus autores sobre questões muito diversas mas, sem dúvida, bastante relevantes para o conhecimento da época.

Do conjunto de *Memórias* remetidas à câmara electiva, permitimo-nos destacar a enviada, a 1 de Janeiro de 1822, pelo coronel António José da Silva Paulet, então Governador da Província de Missões Orientais do Uruguai, sobre o estado desta província e as causas da sua decadência, manuscrito de mais de 70 fólios¹⁵. Nela, depois de recordar o processo da sua nomeação e tomada de posse enquanto comandante da Província das Missões Orientais do Uruguai ocorrida ainda em Fevereiro de 1820, descreve, com algum pormenor, aspectos tão interessantes como, por exemplo, a difícil situação em que, nessa região, se encontravam os índios guaranis. Historia a presença portuguesa na região que, sendo embora recente, uma vez que data apenas de 1801, trouxe inequívocas consequências para este povo. Nesse extenso relatório, aproveita para denunciar os crimes exercidos contra os índios, não deixando de afirmar "A vista pois de quanto deixo referido torna-se de toda a necessidade por isso mesmo que os Índios constituem huma parte da raça humana, e não são conciderados como feras segundo a maior parte dos usurpadores das suas propriedades e patrimónios" (fl.6). Nesse sentido, sugere ao poder legislativo, um muito completo regimento, que ele próprio acaba por apresentar e oferecer aos deputados¹⁶ na sequência da sua exposição.

¹² Como se pode ler na documentação (veja-se, a este propósito, A.H.P. - Caixa 34, série I e II, doc.186 (14 Jan. 1822)).

¹³ A.H.P. - Caixa 34, série I e II, doc. 216 (s/d).

¹⁴ A.H.P. - Caixa 56, série I e II, doc. 95 (1) (19 Set.1822).

¹⁵ A.H.P. - Caixa 55, série I e II, doc. 74 (1 Jan.1822).

¹⁶ "Regimento que devem observar os Administradores dos Povos de Missoens, se o soberano Congresso das Cortes Geraes assim houverem por bem" (A.H.P. - Caixa 55, série I e II, doc. 74 (37 fls.).

Prosseguindo nesta cruzada humanitária, defende que todos os guaranis sejam recolhidos às suas aldeias, depois de lhes serem restituídos os bens patrimoniais usurpados. Acreditando na missão civilizadora dos europeus face ao índio, reclama do poder legislativo que sejam enviados párocos, depois de devidamente seleccionados, evitando outro tipo de actuações menos recomendáveis, ao mesmo tempo que exige que terminem os abusos, espoliações e humilhações de que os guaranis têm sido vítimas nas mãos dos seus colonizadores. Por fim, a Memória compõe-se, ainda, de um abaixo-assinado de 13 fólios, escrito “em nome de todos os Guaranis da Província de Missoens Orientais do Uruguai” alegando que, depois da presença dos portugueses, “fazendo a mesma couza com elles, pelo contrario só tem experimentado males inexplicaveis e oppressoens indisiveis, redusindo-se em consequencia á mais lastimavel, e desgraçada situação, de maneira que pouco ou nada já representam, e possuem sobre a superfície da terra”. Seguem-se cento e treze assinaturas de outros tantos suplicantes que ajudam o autor a fundamentar a necessidade das pretensões que faz na sua Memória. Trata-se, como se pode verificar, de um documento bastante interessante do ponto de vista historiográfico que muita luz pode trazer sobre um aspecto pouco conhecido, ainda, da presença portuguesa no Brasil e seu contacto com os povos indígenas.

Este não é o único documento em que se aborda a questão dos índios no Brasil, enquanto território de administração portuguesa. O cidadão português Francisco Ricardo Zany, estabelecido na Província do Rio Negro, faz chegar, em Maio de 1822, um documento no qual, segundo as suas próprias palavras, “aproveitou a presente época para vir representar a Sua Magestade o estado a que se acha reduzida aquella Província”. Nas mais de duas dezenas de fólios dedicados à questão, sempre muito bem fundamentada, revelando um grande conhecimento e um contacto directo com os problemas, o autor procura mostrar, “miudamente”, como escreve, de que forma esta província “parece ter sido abandonada à sua sorte pelas Authoridades da Província do Pará a quem tem estado subordinada”¹⁷. Começando por pedir “licença a Vossa Magestade para também expôr a minha opinião, relativa ao melhoramento daquela Província, opinião filha do bem publico”, logo no primeiro parágrafo do seu escrito, aproveita para denunciar a questão que verdadeiramente o motiva – os abusos praticados contra a preservação da liberdade e conservação dos Índios – exigindo e propondo um eficaz cumprimento do teor das leis e regulamentos em vigor. O restante documento é um libelo factual de denúncias, devidamente fundamentado, identificando prevaricadores e revelando situações de inequívocas perseguições aos índios, e terminando com a apresentação de dezanove “Artigos administrativos que Vossa Magestade tomará na consideração que lhe merecer”, nos quais, logo no primeiro, propõe o aparecimento da figura do “Inspector Geral dos Índios da Província”.

¹⁷ A.H.P. – Caixa 55, série I e II, cx. 56, n.º 70. [fl. 2].

O restante articulado, todo ele de sua autoria, ocupa-se de outras tantas situações de convivência entre ocupantes/colonizadores e povos indígenas, procurando regular uma relação nem sempre fácil e pacífica. Da sua leitura, rapidamente nos apercebemos que, embora o teor do texto vise, em última análise, proteger genericamente o índio¹⁸, o autor, como bom ‘filho’ do seu próprio tempo, continua, no entanto, especialmente nas questões mais polémicas, quase sempre, a promover o benefício para o lado do colonizador, como, aliás, seria de esperar.

Apesar de tudo, a riqueza deste documento encoraja-nos a voltarmos a ele mais tarde, procurando dar-lhe a devida e merecida ressonância. Embora esteja ainda longe de um reconhecimento do índio como um ser humano igual ao colonizador, o que, aliás, também não se enquadrava nas teorias, mesmo mais avançadas, do seu tempo (inícios do século XIX), ele revela-se suficientemente sugestivo para um estudo mais demorado. Disso trataremos noutra ocasião.

Depois de termos levantado um pouco mais o véu que teima esconder um fundo documental ainda tão pouco conhecido, mas que se nos afigura de uma riqueza enorme para o conhecimento de um período tão importante da história das relações entre Portugal e o Brasil, gostaríamos de deixar aqui algumas conclusões que, pelo estado embrionário da nossa investigação, apresentam necessariamente um carácter provisório. Na verdade, num momento tão importante de ‘demolição’ do antigo sistema administrativo e jurídico, e ao mesmo tempo que se assistia, em Portugal, à construção e implantação das novas teorias de índole liberal, o *corpus* documental que viemos hoje aqui dar a conhecer mostra bem algumas das vicissitudes e dificuldades por que passou a implantação deste processo no quotidiano dos portugueses. Pondo a nu opiniões que, de outro modo, permaneceriam anónimas, este trabalho visa revelar aspectos, até agora, desconhecidos da maioria dos investigadores destes temas. Pela riqueza dos seus informes, de que apenas demos a conhecer uma ínfima parte, pensamos que a sua publicação integral muito poderia contribuir para o conhecimento de uma época tão rica do ponto de vista das transformações, dando continuidade ao vigoroso movimento de edição de fontes patrocinado pela Assembleia da República.

Por outro lado, mais uma vez, este trabalho ajuda a perceber melhor a dificuldade que os inícios de Oitocentos tiveram em resolver um difícil e impossível equilíbrio – a manutenção do Brasil e a assunção da nova ideologia. Na verdade, entre levar a cabo o ideário liberal e perder o Brasil, houve muitos que não hesitaram hipotecar as suas ideias em nome da manutenção desse território sob soberania portuguesa.

¹⁸ O autor, inclusivamente, tem o cuidado de identificar o que designa por “Nações dos Índios, mais conhecidas nas Mattas da Província do Rio Negro” [fl. 22-23].